



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E AMBIENTAL

**A Gestão Ambiental no âmbito das atividades desenvolvidas pelo
Ministério Público Federal no Pará em 2007**

César Augusto Souza

Orientador: Professor Dr. Nuno Filipe Alves Correia de Melo

Belém
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E AMBIENTAL

**A Gestão Ambiental no âmbito das atividades desenvolvidas pelo
Ministério Público Federal no Pará em 2007**

César Augusto Souza

Membro da banca examinadora

Membro da banca examinadora

Membro da banca examinadora

Monografia aprovada em: 02 / 2008

Belém
2008

Dedico a todas as pessoas que não têm medo de sonhar, aceitam desafios, vencem obstáculos e conquistam a vitória.

Agradecimentos

- Primeiramente agradeço ao bom Deus por permitir minha chegada ao final desta monografia, por ser meu refúgio e fortaleza nas dificuldades encontradas.
- Aos meus pais e irmãos pelo incentivo dado para mais esta conquista.
- À minha esposa, Francileide de Fátima Rocha Souza, que com sua entrada e finalização no mestrado muito me motivou para que eu também fizesse uma pós-graduação.
- Ao professor Nuno Filipe, pela atenção dispensada e excelente orientação na reta final do curso.
- Ao professor Marcelo Cohen, pelo importante tempo no qual estive sobre suas orientações durante a IGHA.

Para que possamos mudar nossa cultura, e em última instância nossas atitudes e valores que estabelecem os padrões de relacionamento com a natureza, precisamos construir novos olhares sobre a realidade à nossa volta e sobre a nossa vida.

Aristóteles R. de Araújo

RESUMO

Este trabalho investigou de que forma se deu a implementação da Gestão Ambiental no ambiente de trabalho do Ministério Público Federal no Pará, as preocupações que levaram as ações e as dificuldades encontradas levando em consideração entre outros fatores, mas principalmente a dificuldade de assimilação do novo paradigma por parte dos servidores da instituição na qual se deu a pesquisa. Como se trata de algo novo, a Gestão Ambiental, apesar das dificuldades encontradas, revela-se fascinante quando é relacionada à qualidade de vida. Pouco a pouco a preocupação com o meio ambiente nas repartições públicas vai sendo entendida como uma necessidade de juntar forças para melhorar o meio no qual trabalhamos e convivemos. As ações de preservação do meio ambiente, uma das principais preocupações do mundo atual, infelizmente ainda são pouco vistas no dia-a-dia. No entanto, os membros e servidores do Ministério Público Federal no Pará encontraram no Projeto Procuradoria Verde- P. P.V uma forma organizada de realizar ações voltadas à sustentabilidade ambiental e à responsabilidade social.

Palavras-Chave: Gestão Ambiental, Ações, Resíduos sólidos, Reciclagem e Redução.

ABSTRACT

This study investigated how it saw the implementation of the Environmental Management in the workplace Federal prosecutor in Pará, the concerns that led the shares in the difficulties taking into account among other factors, but mainly the difficulty of assimilating the new paradigm by the servers of the institution which gave the search. As this is something new, Environmental Management, despite the difficulties encountered, it is fascinating when it is related to quality of life. Little by little the concern with the environment breakdowns in public is being perceived as a need to join forces to improve the environment in which we work and live. Shares of preservation of the environment, a major concern of the world today, unfortunately are still little seen in the day-to-day. However, the members and servants of the Federal Prosecution Service in Idaho found in the Green Project Attorney-P. PV a form of organized activities to achieve environmental sustainability and social responsibility.

Keywords: Environmental Management, Stocks, Solid Waste, Reduction and Recycling.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	JUSTIFICATIVA	11
3	OBJETIVOS	12
3.1	OBJETIVO GERAL	12
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4	DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS TEÓRICOS	13
4.1	MEIO AMBIENTE	13
4.2	O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	13
4.3	GESTÃO	14
4.4	GESTÃO AMBIENTAL	14
5	METODOLOGIA	15
5.1	VARIÁVEIS A SEREM ESTUDADAS	15
5.2	COLETA DE DADOS INFORMATIVOS	15
5.3	INTERPRETAÇÃO DE DADOS INFORMATIVOS	16
6.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
6.1	GESTÃO AMBIENTAL NO MPF/PA	17
6.2	PLÁSTICO É O GRANDE VILÃO DA NATUREZA	21
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

A sociedade começou a se preocupar mais com a questão ambiental a partir de meados da década de 60 do século XX. Os diversos encontros de âmbito mundial realizados desde então indicam o crescente interesse neste assunto. Alguns deles são citados a seguir.

Segundo Ferreira (1998), em 1972, foi realizada a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia. Posteriormente, em Belgrado (1975), na ex-Iugoslávia, ocorreu o Seminário Internacional de Educação. Em 1992, aconteceu a Eco-92, no Rio de Janeiro, promovida pela UNCED (United Nations Conference on Environment and Development). Nesta reunião, consolidaram-se os conceitos de “ambientalmente correto” e de “desenvolvimento sustentável”, além de ser elaborada a Agenda 21, que passou a ser referência na implantação de programas e políticas de governos e de empresas em todo o mundo.

Conforme matéria publicada no jornal, O Liberal (www.jornaloliberal.com.br/), o município de Belém produz 26.468 toneladas de lixo doméstico por mês. Mas apenas 5% deste total são destinados à reciclagem. Materiais como plástico, papel, vidro e metal que poderiam ser transformados industrialmente, vão parar nos lixões, aumentando o impacto ambiental e reduzindo as oportunidades de geração e melhoria de renda para famílias que vivem da coleta seletiva.

Os órgãos públicos federais estão despertando para o problema e ajudando a criar uma rede de coleta seletiva na região metropolitana. Inicialmente, a intenção é transformada em prática dentro das próprias instituições. No âmbito federal, isto é uma exigência desde outubro do ano passado, quando o Decreto Presidencial nº 5.940/2006 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal e a sua destinação a associações e cooperativas de catadores.

O Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis veio fortalecer e regulamentar as iniciativas que muitas instituições públicas já vinham adotando com o auxílio de seus servidores.

A pesquisa sobre o tema em questão é relevante, pois é cada vez maior a consciência de que o meio ambiente não deve ser preocupação apenas de ambientalistas, mas também de todas as pessoas e instituições.

Ainda de forma vagarosa assim como nos demais estados da federação, o Ministério Público Federal no Pará – MPF/PA está adotando Programas de Gestão Ambiental (PGA) em sua sede em Belém, com a perspectiva futura de implantar nas procuradorias dos municípios

de Santarém, Altamira e Marabá. A criação destes programas tem grande importância, pois a instituição deve ser a primeira a se preocupar em ter um meio equilibrado, saudável, humano e sustentável. Tanto na administração de recursos materiais como na gestão das pessoas, o MPF/PA deve ter como guia, princípios ambientalmente corretos.

O MPF/PA desde o primeiro semestre de 2007 iniciou a implementação sua própria Gestão Ambiental, realizando várias ações, além de criar a Comissão de Meio Ambiente, fatos esses que contribuíram para escolha do estudo.

O local escolhido para o levantamento de dados foi a Procuradoria da República no Pará (Foto nº01), órgão público que é a instância do Ministério Público Federal no Pará, e cuja sede está situada à Rua Domingos Marreiro, nº 690, no bairro do Umarizal em Belém do Pará.



Foto nº01

Procuradoria da República no Estado do Pará

2. JUSTIFICATIVA

As questões ambientais, atualmente, são o assunto de maior amplitude global, tanto na abordagem dos aspectos técnicos envolvidos, dos impactos causados e da importância dada pela mídia. A origem dos problemas ambientais é atribuída ao crescimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais, a qual provoca seu esgotamento ou contaminação e no crescimento populacional sem controle.

A problemática apresentada despertou o interesse do governo em suas esferas Federal, Estadual e Municipal, visto que na Gestão Ambiental tudo é relativamente novo, e as instituições públicas ainda estão iniciando no processo de implementação da gestão ambiental. Esta fase inicial torna-se fundamental, pois é de muito aprendizado, por ser uma ação que envolve muitas pessoas, e nesse caso a questão motivacional não pode ser deixada de lado, bem como, a troca de conhecimentos, experiências com outras instituições visando sempre à melhoria para o projeto.

Nota-se que havia carência na realização de seminários, workshops ou palestras e até mesmo um projeto sobre a temática ambiental se confrontava com a realidade do MPF/PA como instituição, que devido ao aumento no número de membros, servidores e estagiários, crescia também a geração cada vez maior de resíduos sólidos, como o papel e copos de plástico.

Um número de atividades em 2007, bem superior, se comparadas aos números de atividades realizadas na mesma instituição durante os anos de 1994 a 2006, foi permitindo uma visão mais clara sobre a necessidade do MPF/PA em implementar sua Gestão Ambiental.

A pesquisa sobre o tema em questão é relevante, pois é cada vez maior a consciência de que o meio ambiente não deve ser preocupação apenas de ambientalistas, mas também de todas as pessoas e instituições.

Nem sempre as instituições públicas conseguem acompanhar o ritmo acelerado do desenvolvimento e do progresso, o que acaba por ocasionar sérios danos ao meio ambiente. Daí a importância em pesquisar o tema, uma vez que se faz necessário informar aos MPF'S do Brasil e às demais instituições que combatem o crime ambiental, sobre a importância de realizar a Gestão Ambiental como o conjunto de ações técnico-operacionais que visam entre outras, coordenar, controlar e fiscalizar as ações dos agentes causadores da degradação ao meio ambiente.

Em virtude disso, surge a necessidade de empresas privadas e públicas em fazer a

gestão ambiental. O Decreto nº 5.940/2006 institui a separação de resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis é uma forma de dar importância às ações voltadas à melhoria na qualidade ambiental, ações essas que vem se tornando comum nas instituições públicas como é o caso do Ministério Público Federal aqui no Pará.

No intuito de verificar a existência de barreiras e paradigmas relacionados à aplicação da Gestão Ambiental no MPF/PA, desde o momento de sua instalação, desenvolvimento do processo e situação atual, este trabalho tenta mostrar que há muito o que aprender para assimilar a necessidade de mudar a cultura e os hábitos no que tange a relação do ser humano com o meio ambiente no qual ele habita.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

- Conhecer os obstáculos que impedem o MPF/PA, de ser mais autônomo e eficaz em sua Gestão Ambiental.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a Gestão Ambiental que o MPF/PA adota.
- Descrever as ações que fazem parte da Gestão Ambiental do MPF/PA.
- Avaliar a eficácia do modelo de Gestão Ambiental do MPF/PA.

4. DESCRIÇÃO DOS CONCEITOS TEÓRICOS

Antes de investigar a fundo o assunto, é importante definir o que estamos tratando e, para isso, torna-se necessário enfatuar alguns conceitos, como os de: Meio ambiente e Gestão.

4.1 MEIO AMBIENTE

Em biologia, sobretudo na ecologia, o meio ambiente inclui todos os fatores que afetam diretamente o metabolismo ou o comportamento de um ser vivo, incluindo a luz, o ar, a água, e o solo - chamados fatores abióticos - e os seres vivos que coabitam no mesmo biótipo. Os fatores ambientais sem vida, tais como: temperatura e a luz do Sol, formam o meio ambiente abiótico. Os seres vivos tais como as algas, os mamíferos e o homem, constituem o meio ambiente biótico. Tanto o meio ambiente abiótico quanto o biótico atuam um sobre o outro para formar o meio ambiente total de seres vivos e inanimados (ODUM e BARRETT, 2007).

No portal virtual “Porto de Santos”, encontra-se a seguinte definição sobre Meio Ambiente – É tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação. Estas condições incluem solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e os outros organismos. O meio ambiente não é constituído apenas do meio físico e biológico, mas também do meio sócio-cultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem, sendo, portanto um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abrigam e regem a vida em todas as suas formas (Ramos,2007).

Antes do Brasil, alguns países já haviam tutelado o meio ambiente em suas Constituições:

- Portugal 1.976
- Espanha 1.978
- Equador 1.979
- Peru 1.979
- Chile 1.980
- Guiana 1.980

4.2 O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

No ano de 1988 a Carta Magna, pela primeira vez na história, abordou o tema meio ambiente, dedicando a este um capítulo, que contempla não somente seu conceito normativo, ligado ao meio ambiente natural, como também reconhece suas outras faces: o meio ambiente artificial, o meio ambiente do trabalho, o meio ambiente cultural e o patrimônio genético, também tratado em diversos outros artigos da Constituição.

O Art. 225 exerce na Constituição o papel de principal norteador do meio ambiente, devido a seu complexo teor de direitos, mensurado pela obrigação do Estado e da Sociedade na garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, já que se trata de um bem de uso comum do povo que deve ser preservado e mantido para as presentes e futuras gerações.

4.3 GESTÃO

Para Ferreira (1998 apud Pellegrino, 2003), a gestão consiste no “ato de gerenciar de gerir, gerência, administração”. Para Araújo (2002) gestão é o processo de conhecer, planejar, definir, organizar e controlar as ações a serem efetivadas pelo sistema de gerenciamento.

As ações de preservação do meio ambiente, uma das principais preocupações do mundo atual, infelizmente ainda são pouco vistas no dia-a-dia. No entanto, os membros e servidores do Ministério Público Federal no Pará aderiram ao Projeto Procuradoria Verde (P. P. V) que tem como objetivo realizar de forma organizada ações voltadas à sustentabilidade ambiental e à responsabilidade social, em curto e médio prazo de tempo.

4.4 GESTÃO AMBIENTAL

Nos países desenvolvidos houve uma maior preocupação da sociedade com o meio ambiente a partir da década de 70, isso fez com que as empresas adotassem posturas, metodologias e técnicas que permitissem a mesma produção com o menor dano possível ao meio ambiente.

“Prevenir a poluição” era um dos temas que orientavam o desempenho das maiores e melhores empresas que tinham a “preocupação” em projetar uma boa imagem aos seus clientes. Essa preocupação tornou-se evidente principalmente devido às conseqüências ambientais deixadas no mundo a partir da revolução industrial, a qual se consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas (conhecimento técnico e científico) com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social. Iniciada na Grã-Bretanha em meados do século XVIII, expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX.

Desta forma, vem aumentando ao longo dos anos em nosso planeta uma pressão causada pelo intenso aumento nas atividades de numerosas empresas em países em desenvolvimento, a maior parte de portes médio, pequeno e micro e que não tinham, sobretudo nas décadas de 80 e 90, uma preocupação nem ações em favor do meio ambiente.

Um bom exemplo para entender o que acontece, ou seja, a ausência de ações por parte dos empresários, é a maciça utilização das sacolas plásticas. O plástico, enquanto no Brasil medidas para reduzir e controlar seu consumo ainda engatinham e dependem de iniciativas

individuais, em países desenvolvidos, a preocupação com o plástico ganhou outros moldes. Na Europa, onde o hábito de levar aos supermercados a própria sacola já faz parte da cultura, os sacos plásticos são cobrados na conta. Medida menos drástica do que a adotada pela cidade de São Francisco, nos EUA. Por uma lei municipal, o uso de sacolas plásticas foi banido e sua utilização é proibida nos estabelecimentos comerciais.

5. METODOLOGIA

5.1. VARIÁVEIS A SEREM ESTUDADAS

O local escolhido para o levantamento de dados foi a Procuradoria da República no Pará, órgão público que é a instância do Ministério Público Federal no Pará, e cuja sede está situada à Rua Domingos Marreiro, nº 690, no bairro do Umarizal em Belém do Pará.

Hoje é visível que não é possível improvisar ou administrar de forma não ordenada. É necessário integrar a administração ambiental aos demais sistemas gerenciais de uma empresa/instituição. Pretende-se desenvolver a gestão ambiental no MPF/PA, para tal adotar-se-á os pressupostos do estudo descritivo, que objetiva estudar o que existe e pode ser observado, descrevendo assim seus elementos observáveis.

Considerando os pressupostos acima, torna-se útil a abordagem qualitativa, pois, a pesquisa enfatiza o processo dos acontecimentos, isto é, a seqüência dos fatos ao longo do tempo.

5.2. COLETA DE DADOS INFORMATIVOS

Foi desenvolvida no ambiente de trabalho do MPF/PA, utilizando-se a técnica da observação. Participaram da coleta de informações servidores das mais variadas áreas de atuação do MPF/PA: Área de Comunicação, Pericial, Administrativa e Processual. Os participantes receberam e responderam os questionários via e-mail. Os questionários foram empregados com vistas ao levantamento inicial dos problemas, barreiras, importância e avaliação em aplicar a Gestão Ambiental no MPF/PA, e de suas vantagens sob a ótica dos informantes.

5.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS INFORMATIVOS

Conforme informações obtidas nas respostas dos questionamentos acerca da implementação da Gestão Ambiental no MPF/PA, essa instituição passou a executar a partir de 2002, algumas ações previstas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente-MMA. Isso de certa forma foi um indicativo de que a instituição mesmo seguindo orientações do Ministério do Meio Ambiente, viria mais tarde planejar suas próprias ações de responsabilidade ambiental.

E uma das primeiras iniciativas do MPF/PA, relacionadas às ações mencionadas pela A3P, foi solicitar junto à Prefeitura de Belém, sua inclusão no programa de coleta seletiva. Com isso, a prefeitura disponibilizou contêineres de lixo e instalou um Posto de Entrega Voluntária (PEV) próximo à sede do MPF/PA. Como a tendência é que em todo o país a Gestão Ambiental seja instituída em todos os órgãos da administração pública federal, em 2007 a Procuradoria da República no Pará, implantou o Projeto Procuradoria Verde, cujas ações, também foram implementadas nas procuradorias de Santarém, Altamira e Marabá.

Dentre os principais objetivos da Gestão Ambiental implementada no MPF/PA, está a importância em difundir entre os servidores e a outras repartições públicas a conscientização ambiental e prática de sustentabilidade, que só serão atingidos através das mais variadas ações propostas e as que já estão postas em prática como: Doação de papel para reciclagem, aquisições de canecas de porcelana em substituição aos copos descartáveis, aquisição, utilização e reutilização de papel reciclado, e aquisição de lixeira para pilhas e baterias.

Algumas das dificuldades na implementação da Gestão Ambiental nas procuradorias dos municípios é que em Santarém, Altamira e Marabá, as prefeituras locais não dispõem de programas de coleta seletiva de lixo. O que dificulta o desenvolvimento das ações, pois a cada período, é necessário recolher o material separado para doação, se não há o recolhimento, acumula na repartição causando vários problemas, entre eles a presença de roedores devido à quantidade de lixo ou material depositado.

Ainda são muitos os obstáculos a serem vencidos para o alcance dos objetivos e implantação de fato da Gestão Ambiental no MPF. Dentre esses obstáculos, o maior a ser superado, é conscientizar quem trabalha na repartição, que todos são co-responsáveis pela má ou boa qualidade do ambiente seja em casa, no trabalho ou em qualquer lugar onde estejam presentes. De um modo geral, as pessoas pensam e não praticam ações ambientais.

A Comissão de Meio Ambiente do MPF/PA, ainda não mostrou as vantagens econômicas, resultado das ações como: redução no consumo de copos plástico devido ao uso de canecas, o uso de papéis reciclados e a coleta seletiva de papel. Talvez, com a divulgação dos resultados esperados e alcançados, graças à colaboração de membros, servidores,

estagiários e terceirizados que passam grande parte de suas vidas no local de trabalho, a conscientização seguida da participação seja alcançada com êxito.

A Gestão Ambiental, estabelecida na Procuradoria de República no Pará, está na fase de maturação, mesmo com seus erros e acertos é positiva, pois lentamente já se observam mudanças de comportamento dos que trabalham na repartição e alcançará a participação de todos com a maturação da idéia inicial.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 GESTÃO AMBIENTAL NO MPF / PA

Atualmente é notória a preocupação mundial com os efeitos da degradação ambiental na qualidade de vida da sociedade. O exemplo mais alarmante é o processo acelerado de aquecimento global, que tem produzido modificações climáticas em todo o planeta, e cujas principais causas estão relacionadas ao uso maciço dos combustíveis fósseis, levando à constatação de que o rápido aumento da temperatura da Terra tem relação direta com o modo como as sociedades humanas utilizam os recursos naturais.

A comprovação de que a degradação ambiental vem aumentando rapidamente tem mobilizado toda a sociedade a fazer alterações no seu relacionamento com o meio ambiente e no uso dos recursos naturais. No caso específico das instituições públicas, percebe-se um excessivo consumo de recursos naturais no desempenho de suas atividades, o que exige que sejam estabelecidos novos referenciais de produção e consumo. Por isso, o governo federal possui um papel estratégico nessa situação, e tem começado a tomar a iniciativa de ajustar suas ações aos princípios da sustentabilidade sócio-ambiental, tornando-se um exemplo a ser seguido por outras instituições e também estimulando a criação de mudanças no mercado que produz os materiais de seu consumo.

Em 2002, MPF/PA passou a implementar algumas ações prenunciadas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente. Em 2003, a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal, instituiu a Política interna de Gestão de Resíduos em todas as unidades da instituição governamental, a partir da implementação pela Procuradoria da República no Município de Marília do “Projeto Federal Recicla”, que consistiu na implementação da redução, reutilização e coleta seletiva de papel.

Com a implementação da coleta seletiva de papel, houve a necessidade de doar o material coletado. Foi quando, em 2003, atendendo ao pedido do MPF/PA, a prefeitura de

Belém disponibilizou contêineres para lixo e instalou um Posto de Entrega Voluntária (PEV) próximo da sede do MPF/PA. O primeiro beneficiado da coleta seletiva realizada pelo MPF/PA, foi a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá, que recolhia o lixo separado (papel) para a reciclagem. Interrompida em 2005, foi restabelecida em 2006. Em 2007, foi firmada a parceria com a Escola Salesiana do Trabalho e a República de Emaús, convênio no quais as duas instituições receberam o papel coletado.

O programa de Gestão Ambiental no MPF/PA foi criado pela iniciativa de servidores e procuradores preocupados com a questão ambiental.

O procurador-chefe do MPF/PA, Felício Pontes Jr., propôs em março de 2007, a idéia de criação do projeto Procuradoria Verde durante uma reunião geral. A partir daí, as ações que anteriormente se restringiam somente a doar papel e que foram realizadas principalmente a partir do setor administrativo, começaram a ser pensadas e canalizadas para a conservação do meio ambiente.

Inicialmente, substituiu-se de forma parcial a compra de papel comum por papel reciclado, instalaram-se coletores de material reciclado na sede, em Belém (Fotos nº02 e nº03), e nas procuradorias do interior, e distribuíram-se canecas em cerâmica para substituírem os copos plásticos. No segundo semestre de 2007, uma portaria do procurador-chefe criou uma comissão para monitorar e aperfeiçoar o projeto Procuradoria Verde, com o intuito de torná-lo mais eficaz, abrangente e multidisciplinar.



Foto nº 02

Coletoras seletivas de resíduos sólidos no salão de entrada do MPF/PA



Foto nº 03

Coletoras de resíduos sólidos, no corredor do MPF/PA

Nesse sentido, o MPF/PA começou a fazer sua parte, iniciando a coleta seletiva de resíduos e a sensibilização dos servidores, membros e funcionários terceirizados. Mas para que o programa avance, muito ainda precisa ser feito para adequar as ações administrativas institucionais aos princípios de sustentabilidade sócio-ambiental.

A Procuradoria da República no Estado do Pará, instituição governamental ligada ao Ministério Público Federal, com sede em Belém, criou em março de 2007 o **Programa Procuradoria Verde (PPV)**. O PPV é um conjunto de ações de curto prazo voltadas à sustentabilidade ambiental em todas as unidades do Ministério Público Federal no Pará.

O papel comum foi substituído pelo reciclado (Foto nº03), que é utilizado nos expedientes interno e externo e até mesmo nas petições feitas à Justiça Federal. Além de reaproveitar recursos naturais, o uso de papel reciclado em vez do papel branco, evita a poluição provocada pelo processo de clareamento do papel, feito com cloro. Nesse processo, os subprodutos resultantes são substâncias orgânicas cloradas, que podem ser tóxicas, mutagênicas (agentes físico, químico ou biológico que, em contato com as células, podem

causar mutação, ou seja, um dano na molécula de DNA) e persistentes. Se lançados nos rios, esses poluentes podem contaminar a água, os peixes e causar prejuízos aos ecossistemas.

Apesar da implementação de ações em 2002 por parte do MPF/PA, motivadas pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Agenda da Administração Pública conhecida como A3P, foi em 2007 que o MPF no Pará inseriu-se de forma definitiva no processo de responsabilidade sócio-ambiental. A Gestão Ambiental no MPF/PA, mesmo com seus erros e acertos alcançará a participação de todos os indivíduos com o tempo e com a maturação da idéia inicial.



Foto nº04

Impressora com papel reciclado-MPF/PA

5.2 PLÁSTICO É O GRANDE VILÃO DA NATUREZA

Também atendendo aos objetivos do PPV, foram adquiridas canecas de porcelana (Foto nº04) em substituição aos copos descartáveis de plástico. De acordo com o Instituto para a Democratização de Informações sobre Saneamento Básico e Meio Ambiente (Web-resol), são necessários 50 anos para que um copo plástico se decomponha na natureza. Pensando nisso, o “Procuradoria Verde” promoveu a substituição do uso de copos descartáveis por canecas em cerâmica. A iniciativa evita o gasto de uma média de 500 copos descartáveis por dia nas unidades do MPF no Estado, os quais são encaminhados para reciclagem através do trabalho de cooperativas. A partir do amadurecimento das atividades do grupo, percebeu-se a necessidade da ampliação da proposta original, permitindo que a partir das ações anteriormente existentes, houvesse a criação da Comissão de Meio Ambiente, a qual possui uma abrangência de atuação um pouco maior.

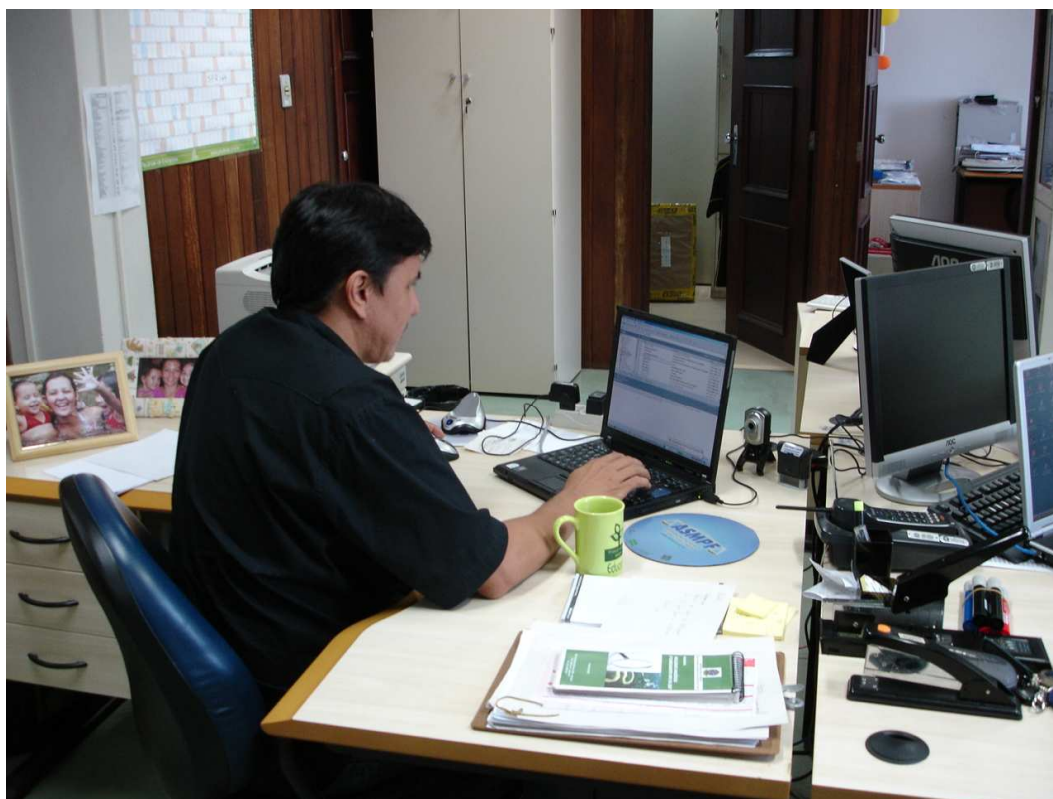


Foto nº 04

Coordenador de Informática do MPF/PA, com sua caneca de cerâmica ao lado

A substituição dos copos plásticos pelas canecas adotadas pelo MPF/PA segue um dos

três princípios básicos da gestão ecológica do lixo, a redução do consumo de materiais. Chamados de três R's(Tabela 1), os mandamentos objetivam diminuir o impacto ambiental gerado pelos detritos e são apontados com a melhor e mais simples solução para a administração do lixo, por influírem na diminuição de sua produção, no seu reaproveitamento e na sua transformação e novos recursos.

Tabela 1 – Os três R's.

Os Três "Rs"	
Redução	Reduzir o consumo é uma maneira de não gerar lixo. Toda vez que se compra um produto, aumenta-se a quantidade de lixo. Na contramão do império dos descartáveis, a ordem é seguir um princípio básico: quanto menos consumimos, menos produzimos lixo. E, quanto menos produzimos lixo, menos problemas ambientais, sociais, econômicos e de saúde a comunidade terá.
Reutilização	Reutilizar é dar um outro uso ao objeto que viraria lixo. É ampliar a vida útil de um material. Isso pode ser feito por meio de doação para uma pessoa que vai utilizá-lo ou por uma utilização para outros fins diferentes do original. Quando se reutiliza um objeto, ele é recuperado em vez de ir para o lixo, e esta segunda vida que se dá ao material é uma das vertentes do consumo responsável.
Reciclagem	É o último dos recursos, quando não foi possível reduzir nem reutilizar o material. Reciclar é refazer o ciclo de produção do objeto sem introduzir novas matérias-primas. Além da separação e da doação de papel, vidro, plástico e metal a associações de catadores ou instituições de caridade, outra forma de se incentivar a reciclagem é comprar e utilizar produtos feitos com material reciclado.

No caso dos copos plásticos, o princípio da Redução, primeiro na hierarquia dos três R's – é fundamental. Isso porque, entre os materiais recicláveis, o plástico ocupa a última posição no ranking de reciclagem. Enquanto 96% das latinhas de alumínio, por exemplo, são recicladas no Brasil, somente 20% do plástico têm o mesmo destino. Assim, o material acaba invariavelmente indo parar em lixões, nas ruas, praias e rios. Pior: para se degradar, o plástico demora 50 anos. Um peso que tem promovido o plástico ao papel de grande vilão ambiental dos dias atuais. O plástico é um elemento pernicioso e um problema de difícil solução, Alencar (2007).

Todas as salas das unidades do MPF em Belém, Altamira, Marabá e Santarém

passaram a contar com cestas coletoras individuais para plástico, papel, metal e vidro.

Neste ano, foi assinada a portaria para atender a demanda de acompanhamento e planejamento das ações do Projeto Procuradoria Verde, pois, a cada dia vem sendo mais e mais assimilado pelos que trabalham na repartição. Sobre a óptica de que cada membro, servidor, estagiário ou terceirizado é co-responsável pelo ambiente no qual trabalha, a idéia inicial do P.P. V só tem a gerar bons frutos, ou seja, um meio ambiente que ofereça melhores condições para o trabalho.

Cabe ressaltar, ainda, que zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos ao meio ambiente é uma das funções precípua do Ministério Público. A intensa atuação da instituição na área, com o incremento de ações e atividades desenvolvidas na defesa das questões socioambientais, tem lhe conferido grande reconhecimento diante da sociedade. O reconhecimento público acentua ainda mais a necessidade de uma atuação interna correspondente, exigindo a devida coerência entre ações administrativas e institucionais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão Ambiental no Brasil está se estabelecendo com uma base legislativa. Paralelo a isso, vê-se a cada dia, mais e mais ações isoladas, tentando contribuir o máximo que podem para uma melhor qualidade de vida em casa, na escola, na indústria, no comércio e nas repartições públicas, ou seja, na sociedade como um todo. Dessa forma, a coleta seletiva de papel realizada pelo MPF/PA, contribui com os programas das entidades e associações que buscam nessas atividades meios para continuar seus trabalhos de cunho social e/ou religioso.

A reutilização do papel reciclado proveniente do MPF/PA, já tem um destino certo, o que faz com que as instituições que recebem esse material, possam continuar seus trabalhos, garantindo com isso um aumento na renda das famílias que fazem parte do programa de reciclagem. Um outro lado positivo da reciclagem é, a contribuição para que menos árvores sejam derrubadas, colaborando assim na redução desmatamento. Uma outra ação realizada no MPF/PA é a utilização das canecas de porcelana utilizadas pelos servidores e estagiários. Como toda mudança traz receio, e exige certo tempo para ser aceito, a adesão ao uso das canecas ainda não foi a esperada. Contudo, já está dando resultados bastante positivos e de forma visível. Observa-se isso, na diminuição da quantidade de sacos de copos descartáveis que iam para o lixo antes utilização das canecas.

Apesar dos resultados positivos, falta ainda, uma participação maior por parte dos membros, servidores, estagiários e terceirizados que trabalham no MPF. Como proposição,

sugiro a extensão de fato e breve do Projeto Procuradoria Verde às procuradorias nos municípios, além de ampliar as ações do programa como: instalar nas sedes da procuradoria em Belém e nos município, um posto de coleta seletiva de pilhas e baterias, sendo que o posto de coleta, além de estar disponível a todos que trabalham no órgão do governo, também estaria disponível ao público externo.

A Gestão Ambiental no MPF/PA não está sendo diferente, algo que começou tão pequeno, com poucas mentes e ações, hoje já é referência para outros estados, seu modelo de gestão tornou-se exemplo para outras instituições, que tem buscado junto à Comissão de Meio Ambiente do MPF/PA, informações acerca da implantação de sua Gestão Ambiental. Mesmo de forma lenta, precisando ainda de um projeto planejado de forma estratégica, a Gestão Ambiental no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Federal no Pará em 2007, inseriu-se definitivamente num processo de responsabilidade ambiental, que a cada dia consegue conscientizar pouco a pouco, os que lá trabalham, a aderirem aos objetivos propostos pelo Projeto Procuradoria Verde, realizando assim importantes ações de cuidados ambientais no próprio espaço de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, B. Momento Crea - Edição 18 - Maio de 2007. Disponível em <www.iq.org.br/news/crea/edicao18/link1.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2007.

FERREIRA, A. C. de S. 1998. *Uma Contribuição para a Gestão Econômica do Meio Ambiente* – um enfoque de sistema de informações. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 136 p.

Glossário de termos ambientais. Disponível em: <<http://www.portodesantos.com.br/qu.>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2007.

Informativo: “Fala servidor!”- Informativo da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal-ASMPF. Artigo: *Novos olhares sobre o meio Ambiente*, pág. 16. Junho/2007.

ODUM, E. P. E BARRETT, G. W. 2007. Fundamentos de Ecologia. Thomson Learning (Pioneira). 632 p.

O Meio Ambiente nas Constituições Estrangeiras. Disponível em: <<http://www.jurisambiente.com.br/ambiente/constituicaofederal.shtm>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2007.

PELEGRINO, S. A. C.. *Gestão de resíduos sólidos urbanos em municípios de pequeno porte: sistematização de diretrizes e procedimentos*. Dissertação de Mestrado, UFSCAR, São Carlos .2003.

RAMOS, J. F. da F. 2007. *Auditoria Ambiental*. In: I Curso de Especialização em Gestão Hídrica e Ambiental, Módulo III, IG, UFPA. 50p.

QUESTIONÁRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E AMBIENTAL
COLETA DE DADOS PARA MONOGRAFIA
INSTRUMENTO DE COLETA: ENTREVISTA 01

SIDNEY DOS SANTOS SALES

**Chefe de Gabinete do Procurador-Chefe da
Procuradoria da República no Pará**

Ministério Público Federal/PA

**Código: C= César Augusto Souza (autor do projeto) e S= Sidney dos Santos Sales
(entrevistado)**

1ªC- Há quanto tempo o MPF/PA vem realizando atividades voltadas à Gestão Ambiental?

S- Há várias gestões o MPF/PA vem demonstrando preocupação com o meio ambiente. Entretanto, na administração atual essa preocupação ganhou densidade por meio do programa “Procuradoria Verde” – cuja gestão compete a uma Comissão de Meio Ambiente.

2ªC- Estando à frente da Comissão de Meio Ambiente do MPF/PA, quais atividades foram realizadas referentes à Gestão Ambiental?

S- Uma ampla campanha para esclarecimento da comunidade interna, a implantação da coleta seletiva, destinação de resíduos, utilização de papel reciclado tanto na impressão quanto reprografia, impressão frente/verso, redução da utilização de copos plásticos, a partir do uso disseminado de canecas de cerâmica ou garrafas pessoais (squezes), dentre outras.

3ªC- Houve barreiras à implementação da Gestão Ambiental no MPF/PA? Caso afirmativo Quais?

S- A aceitação foi ampla, entretanto os problemas, que ocorreram se deram na esfera de alteração de hábitos arraigados relacionados ao uso de lixeiras, de forma irracional, papel desperdiçado e uso indiscriminado de copos de plástico. Com o tempo a comunidade foi aderindo.

4ªC- Como está sendo a participação de membros, servidores e estagiários na Gestão Ambiental do MPF/PA?

S- A participação está sendo ampla e crescente.

5ªC- Qual importância da Gestão Ambiental para o MPF/PA?

S- Para a PR/PA a gestão ambiental ocupa papel de fundamental importância em termos de gestão estratégica.

6ªC-Como você avalia até o momento a Gestão Ambiental implementada no MPF/PA?

S- Houve um avanço significativo, mas ainda é necessário avançar na implementação das medidas, especialmente, maior redução no consumo de papel e copos e melhorias na coleta de resíduos , mediante o contato e celebração de parecerias.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E AMBIENTAL
COLETA DE DADOS PARA MONOGRAFIA
INSTRUMENTO DE COLETA: ENTREVISTA 02

Murilo Hildebrand de Abreu

Assessoria de Comunicação do MPF/PA

ASCOM

Código: C= César Augusto Souza (autor do projeto) e M= Murilo Hildebrand de Abreu (entrevistado)

1ªC- Em que momento o MPF/PA deu início às ações/atividades relacionadas à Gestão Ambiental?

M- O procurador-chefe do MPF/PA, Felício Pontes Jr., atua em um dos gabinetes da instituição especializados na defesa do meio ambiente. A partir de sua experiência nessa área, em março de 2007 ele lançou a idéia do projeto Procuradoria Verde durante uma reunião geral, com a presença de todos os servidores. A partir daí, as ações começaram a ser realizadas principalmente a partir do setor administrativo, que, a pedido do procurador-chefe, substituiu a compra de papel comum por papel reciclado, instalou coletores de material reciclado na sede, em Belém, e nas procuradorias do interior, e distribuiu canecas em cerâmica para substituírem os copos plásticos. No segundo semestre do ano, uma portaria do procurador-chefe criou uma comissão para monitorar e aperfeiçoar o projeto, tornando-o mais eficaz, abrangente e multidisciplinar.

2ªC- Quais os principais objetivos da Gestão Ambiental implementada no MPF/PA?

M – Sobretudo tentar difundir entre servidores e outras instituições públicas a conscientização ambiental e práticas de sustentabilidade, além de tentar diminuir ao máximo os impactos ambientais causados pela instituição, como, por exemplo, a quantidade de resíduos descartados, a quantidade de papel branco (cujo processo de clareamento emprega diversas substâncias químicas) e de copos descartáveis utilizada.

3ªC- As ações ambientais chamaram a atenção dos servidores? Caso afirmativo de que forma isso pode ser percebido?

M- Em um primeiro momento, durante o período de distribuição das canecas em cerâmica, da instalação dos coletores de material reciclável nos gabinetes e da substituição do papel alcalino pelo papel reciclado (ações essas que foram praticamente concomitantes), essa série

de novidades causou motivo para debates entre os servidores. Isso pôde ser percebido pela Assessoria de Comunicação por meio das entrevistas que normalmente realiza para produzir o boletim interno da instituição (o PRPA Informa) e os textos que encaminha à imprensa.

4ªC- Que clientela foi beneficiada resultante das ações da Gestão Ambiental?

M- Pessoas físicas e jurídicas que sobrevivem da coleta de material reciclável foram beneficiadas, mas acredito que o público que teve maiores benefícios foi o público formado pelos servidores, que foi levado a lidar no seu cotidiano com questões de extrema importância para o desenvolvimento social e pessoal de cada um de nós.

5ªC- Qual a importância da Gestão Ambiental para o MPF/PA?

M- Como uma instituição que representa a sociedade e tem por obrigação defendê-la, a gestão ambiental implementada no MPF/PA é um exemplo de que os órgãos públicos devem também inserirem-se na implementação de práticas sustentáveis. Sobretudo quando lembramos que um dos papéis do MPF, o de defesa do meio ambiente, torna-se extremamente mais relevante quando a atuação institucional se dá na região amazônica, foco de atenção mundial quando o tema é o meio ambiente.

6ªC- Como você avalia até o momento a Gestão Ambiental implementada no MPF/PA?

M- Acredito que os primeiros passos foram dados pela chefia da instituição, mas ainda falta a participação e colaboração mais intensa dos servidores. A partir da adoção de algumas práticas sustentáveis, como a disponibilidade de coletores, papel reciclado e canecas em cerâmica, o gabinete do procurador-chefe pretendeu não só lançar uma política institucional, mas também abrir espaço para que todos os profissionais aderissem à idéia e melhorássem-na. No entanto, o servidor ainda não “vestiu a camisa” do projeto. Ainda são poucos os que destinam corretamente os resíduos conforme a finalidade de cada coletora (papel, plástico, metal) e o consumo de copos descartáveis continuam praticamente inalterados. Creio que um dos maiores desafios da comissão de meio ambiente, que cuida do projeto, é justamente tentar saber por que isso aconteceu e como superar esse desafio. Com certeza, para conseguirmos essas respostas é preciso avaliar o contexto da situação: apesar de grandemente divulgadas na mídia, as práticas sustentáveis ainda não são realidade para a maioria da população (por exemplo: não existe até hoje em Belém um programa municipal permanente e consistente de coleta de material reciclado). Além disso – e, principalmente, por causa disso –, talvez seja preciso intensificar a comunicação institucional ligada ao projeto, com a criação de campanhas publicitárias internas, concursos, premiações, noticiário e exposições artísticas relacionadas à questão ambiental, para que o projeto “Procuradoria Verde” passe a ser uma idéia “abraçada” por todos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E AMBIENTAL
COLETA DE DADOS PARA MONOGRAFIA
INSTRUMENTO DE COLETA: ENTREVISTA 03

Benedito Evilázio

Analista Pericial do MPF/PA

Engenheiro Sanitarista

Código: C= César Augusto Souza (autor do projeto) e B.E= Benedito Evilázio (entrevistado)

1ªC- Evilázio, como você vê as ações(doação, reciclagem de papel e copos, além de outras) realizada na/pelo MPF/PA?

B.E- Muito positivas: um exemplo a ser seguido por outros órgãos, instituições etc. A preservação ambiental deve ser entendida no seu sentido mais amplo possível e assim, as ajudas a comunidades carentes, por exemplo, são ações que cuidam do mais precioso “ator” do nosso grande espetáculo da vida: o ser humano.

2ªC- Que outras ações você considera relevante e que podem ser adotadas no programa de Gestão Ambiental do MPF/PA?

B.E- Controle/eliminação de perdas de água; Orientação para a eliminação do tabagismo na PRPA.

3ªC- Quais barreiras você percebeu ou percebe na implementação da Gestão Ambiental no MPF/PA?

B.E- A maior de todas as barreiras é a resistência a novos paradigmas. Percebo, assim, que a segregação do “lixo” na fonte é uma grande barreira que ainda não foi eliminada na PRPA.

4ªC- Qual a importância da Gestão Ambiental para o MPF/PA?

B.E- É um conjunto de ações imprescindíveis para a PRPA. O MPF que cuida, dentre outros, da preservação do meio ambiente tem que dar o exemplo maior, cuidando da sua própria “casa”. Quando se fala em preservação ambiental em nível global não se pode esquecer que o conjunto de pequenas ações, de atitudes e de mudanças comportamentais é que resulta em uma transformação maior e positiva para o meio ambiente.

5ªC- Como você avalia até o momento a Gestão Ambiental implementada no MPF/PA?

B.E- Considero que está em fase de *maturação*, mas é positiva, pois já se observam mudanças de comportamento dos indivíduos (nós mesmos).

Comentário do entrevistado

A preservação ambiental parte de ações e atitudes positivas e pró-ativas. Não podemos esperar que os fatos aconteçam para, posteriormente, reagirmos a eles. Principalmente se esses fatos são interferências negativas no meio ambiente. Assim, o ato de plantarmos uma (ou mais) árvore, de cuidarmos de pessoa(s) necessitada(s), de economizarmos os recursos naturais, de eliminarmos qualquer forma de desperdício... enfim, de sermos prudentes com a vida, faz-nos sermos úteis e “construtores” de um futuro melhor.

Na PRPA vejo com muito interesse essas atitudes acontecerem e fico mais interessado e gratificado, ainda, quando percebo que há pessoas que buscam não só praticar esses atos da vida, mas que, certamente, os praticam com maior consciência, pois envidam esforços aliados a conhecimento científico. É o seu exemplo, César, que através da educação, certamente tem e terá uma grande contribuição para transformar – para melhor – a sociedade em que vivemos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HÍDRICA E AMBIENTAL
COLETA DE DADOS PARA MONOGRAFIA
INSTRUMENTO DE COLETA: ENTREVISTA 04

Raimundo Hélio

Coordenador de Administração do MPF/PA

Código: C= César Augusto Souza (autor do projeto) e H= Hélio (entrevistado)

1ªC- Quando teve início a preocupação do MPF/PA em doar o papel utilizado na instituição?

H- A partir de 2002 quando a PR/PA passou a implementar algumas ações previstas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente-MMA. Cite-se, ainda, à título de informação, que em 2003 a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal instituiu a Política interna de Gestão de Resíduos do MPF, a partir da implementação pela Procuradoria da República no Município de Marília do “Projeto Federal Recicla”, que consistiu na implementação da redução, reutilização e coleta seletiva de papel.

2ªC- Quem foi ou quem está sendo beneficiado pela doação desse material?

H- Em 2003, a PR/PA solicitou à Prefeitura de Belém a sua inclusão no programa de coleta seletiva. A Prefeitura disponibilizou contêineres de lixo e instalou um Posto de entrega Voluntária (PEV) às proximidades da sede da PR/PA. A partir daí, inicialmente, a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá, em 2003, passou a recolher o lixo separado e papel para reciclagem. A doação desse material, todavia, foi interrompida em 2005. Em setembro de 2006 foi restabelecida a coleta seletiva de lixo. Em 2007, firmou-se parceria com a Escola Salesiana do Trabalho e República de Emaús para doação de papel..

3ªC- A tendência é que por todo o país a Gestão Ambiental seja instituída em todos os órgãos e entidades da administração pública federal, além da PR/PA (Belém), nas procuradorias nos municípios também serão implementadas a Gestão Ambiental?

H- Em 2007, a Procuradoria da República no Estado do Pará lançou o projeto Procuradoria Verde, cujas ações estão sendo implementadas nas procuradorias instaladas nos municípios de Santarém, Altamira e Marabá. Ressalta-se, porém, que nesses municípios a Prefeitura não dispõe de programa de coleta seletiva de lixo o que dificulta o desenvolvimento dessas ações.

4ªC- Sobre a participação de membros, servidores e estagiários na Gestão Ambiental do MPF/PA, houve dificuldades para adesão? Caso afirmativo quais?

H- A gestão ambiental do MPF/PA, se é que se pode assim denominar, não foi estrategicamente planejada. Não foram estabelecidos objetivos, metas e definidas as ações que possam levar aos resultados esperados. Não houve, por exemplo, uma campanha de conscientização em torno da necessidade de sua adoção. Impera, pois, a necessidade maior de uma campanha educativa. As pessoas, de um modo geral, pensam e não praticam ações ambientais. Não incorporaram hábitos. Não há uma real preocupação com a questão ambiental tanto no ambiente doméstico como no local de trabalho. As pessoas, em casa e no trabalho, não se sentem responsáveis pelo meio ambientes.

5ºC- Quais vantagens que o MPF/PA vem obtendo desde a implementação da Gestão Ambiental em 2007?

H- As vantagens econômicas ainda não foram mensuradas. Certamente, a partir de ações como o uso de canecas com a redução no consumo de copos descartáveis; a reutilização de papel e o uso de papéis reciclados; a coleta seletiva de lixo; a redução do consumo de energia elétrica e de água, a partir da instalação de dispositivos que permitem a melhor utilização dessas fontes; a compra de produtos recicláveis; a inclusão de cláusulas nos editais de licitação voltadas à questão ambiental; dentre outras, o Ministério Público Federal no Estado do Pará está contribuindo para minimizar as agressões diárias ao meio ambiente.

6ºC- Como você avalia até o momento a Gestão Ambiental implementada no MPF/PA?

H- Na minha avaliação o Ministério Público Federal no Estado do Pará inseriu-se definitivamente num processo de responsabilidade ambiental, desenvolvendo importantes ações de cuidados ambientais, muito embora, em sede de gestão, o projeto necessite, ainda, ser estrategicamente planejado para garantir a sua continuidade.